

Um espaço em foco: debate acerca dos estudos sobre a urbanização da Turdetânia

Bruno dos Santos Silva*

SILVA, B. Um espaço em foco: debate acerca dos estudos sobre a urbanização da Turdetânia. *R. Museu Arq. Etn.* 38: 44-60, 2022.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o panorama da urbanização do sudoeste da Península Ibérica ao final do primeiro milênio a.C. Para isso, o texto partirá da leitura de um trecho da obra *Geografia*, de Estrabão, autor do século I a.C. Sua descrição da Turdetânia apresenta dois aspectos que suscitam importantes debates, dois dos quais serão apresentados neste artigo. O primeiro diz respeito à definição da Turdetânia como *χώρα* e sua tradução como “espaço”; o segundo, por sua vez, se refere à ideia de a Turdetânia conter um “incomparável número de cidades” e essa ser uma das suas principais qualidades. Nesse sentido, o artigo pretende voltar-se para a historiografia que estuda esse espaço e analisá-la sob esses prismas, tendo o processo de urbanização como fio condutor.

Palavras-chave: Turdetânia; Espaço; Chora; Península Ibérica; Antiguidade.

O espaço é o resultado de uma acumulação desigual de tempos
Santos (1976: 21)

Introdução

Pode-se dizer com certo grau de precisão que escrever sobre alguma das comunidades autônomas da Espanha nos últimos anos é uma tarefa muito interessante e, ao mesmo tempo, bastante complexa. A luta pela independência da Catalunha tem feito renascer o debate acerca da unidade espanhola em uma dimensão que não se via, ao menos desde as questões envolvendo a independência do País Vasco, em especial desde as tentativas

de acordo de paz e armistícios nos anos 1990 e 2000. Por outro lado, o crescimento do discurso nacionalista e “eurocético” entre a população espanhola é cada vez mais percebido. Portanto, analisar determinadas dinâmicas de constituição da Turdetânia – que correspondia, na Antiguidade, ao que hoje denomina-se Andaluzia Ocidental –, como pretende este artigo, ajuda a construir um olhar crítico ao presente.

Nesse sentido, e como exercício inicial, podemos nos fazer as seguintes indagações: qual o papel de um espaço periférico, porém reconhecido pelas suas riquezas naturais, em um processo de integração em escala global? Como esse espaço é afetado pelos distintos reordenamentos que tal processo lhe impele? O que um estudo dessa natureza pode nos revelar tanto sobre o passado quanto sobre o presente? Essas e outras questões podem ser aplicadas tanto para o sudoeste da Península Ibérica na Antiguidade quanto para o Brasil atual.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Pós-doutorando do departamento de História da Universidade de São Paulo. <bruno.santos.silva@alumni.usp.br>

Como escreveu o professor Norberto Guarinello: “os historiadores precisam escrever uma História que faça sentido para as preocupações do presente” (Guarinello 2013: 14)². Apesar de este trabalho não ser um estudo comparativo entre a Turdetânia do final do primeiro milênio a.C. e o Brasil no século XXI, essa relação nunca deixará de estar em nosso horizonte.

O espaço que interessa para este texto é difícil de delimitar e nomear. O que hoje se conhece como Andaluzia Ocidental já foi o “fim do ecúmeno”, a “terra de gigantes”, o “lar da terra de ouro e dos reis longevos”, “reino dos tartessos”, Turdetânia, Bética, entre outros³. Todas essas definições foram atribuídas à mesma parte da Península Ibérica, em momentos distintos. Uma das principais fontes escritas que descreve a Turdetânia é a *Geografia* de Estrabão, que data do final do século I a.C. Atentemo-nos para um dos trechos do capítulo dedicado à descrição da Península Ibérica:

A extensão desta χώρα não é maior que 200 estádios, isto é, em comprimento e largura, mas ela contém um incomparável número de cidades – de fato, pelo menos duzentas. Aquelas mais conhecidas estão situadas próximas dos rios, nos estuários e no mar; e isso devido às relações comerciais. Mas as duas que mais cresceram em fama e poder são Corduba, que foi fundada por Marcellus, e a cidade dos gaditanos: a última por conta do comércio marítimo e por sua associação com os romanos; a primeira por conta da excelência do solo e a extensão do seu território, além de o rio Baetis (Guadalquivir) ter contribuído bastante nesse crescimento (Strabo, 1960; tradução nossa).

² E acrescenta: “[A história antiga] é uma forma de nos referirmos a uma História regional, específica de uma parte do globo terrestre e que, nem por isso, deixa de ter grande importância para a compreensão do mundo atual e da posição que nós, brasileiros, ocupamos nele” (Guarinello 2013: 14-15).

³ Essas nomenclaturas são encontradas em diversas fontes ao longo da Antiguidade. Para mais informações, ver Silva (2019).

O interesse por essa fonte tem mobilizado grande número de classicistas nos últimos anos, em especial os espanhóis. Recentemente, em novembro de 2018, foi lançada a obra *Roman Turdetania*, pela editora Brill, e um dos principais historiadores dessa localidade, Gonzalo Cruz Andreotti, inicia o livro ressaltando exatamente quão essencial é o estudo da *Geografia* de Estrabão para o conhecimento da história da Turdetânia (Cruz Andreotti 2018: 1).

Entre vários aspectos passíveis de análise apenas nesse trecho, é possível destacar dois: a valorização da quantidade de cidades que ali existem e a designação da Turdetânia como χώρα. Por um lado, o alto grau de urbanização é uma das principais características da Turdetânia de Estrabão, e a que se distingue do resto da Península Ibérica. As diferentes origens dessas cidades (fenícias, turdetanas, bastetanas, romanas etc.) é um importante aspecto a se considerar. Essa qualidade que o autor atribui ao espaço é tema recorrente na historiografia, em especial na espanhola, e esse debate será tema central deste artigo. Por outro lado, o uso da expressão grega χώρα – doravante transliterada para *Chora* – levanta um interessante debate acerca da natureza dessa localidade.

Este artigo começa com uma breve explanação acerca do termo *Chora* e como sua tradução afeta a maneira de estudar a Turdetânia. A intenção não é esgotar o debate acerca dessa questão⁴, mas apontar as vantagens de utilizar a tradução de “espaço”, em um movimento metodológico que contrasta, em certa medida, com os estudos mais frequentes. Essa abordagem inicial nos levará ao foco principal do artigo, que é apresentar o debate historiográfico acerca da urbanização do sudoeste da Península Ibérica ao longo da última metade do I milênio a.C. Dessa forma, é seguro começarmos com uma pergunta relativamente simples: o que é a Turdetânia?

⁴ Sobre esse tema, cf. Silva (2019).

Chora como espaço

Uma das definições de *chora* mais analisadas nos estudos clássicos é aquela que a associa à ideia de hinterlândia da pólis, isto é, uma extensão da *asty* (Hansen 2006: 57). Entretanto, não nos parece que Estrabão faz uso dessa definição, uma vez que ele localiza múltiplas cidades na Turdetânia. Logo, talvez faça mais sentido direcionarmos nossa atenção para outro uso corriqueiro dessa palavra, mas associado à noção de corografia: o ato de descrever uma *chora*.

A corografia, em conjunto com outras artes, estava diretamente relacionada, na Antiguidade, ao debate sobre o “onde”, comum entre autores como Estrabão, Eratóstenes, Ptolomeu, entre outros. Jesse Simon (2013), ao analisar a noção de corografia na obra de Ptolomeu, escreve o seguinte sobre a *chora*:

[...] *the first part of the word, however, presents us with something of a grey area: χώρα often refers to land or country in an indefinite, non-political sense, while χῶρος is neither as specific as a local place (τόπος) nor as all-encompassing as γῆ or κόσμος. It has been recently suggested that χῶρος may be understood in a similar way to the modern concept of “landscape”, that is, an area of land that can be apprehended and experienced by an observer* (Simon 2013: 31).

Essa definição apresenta dois pontos bastante relevantes. Primeiramente, o autor destaca que *chora*, em oposição a *topos*, não apresenta uma definição de seus limites e se afasta de um sentido mais político. Em segundo lugar, Simon propõe que, pelo seu caráter sensorial, *chora* estaria mais próximo da noção de paisagem, bastante cara aos estudos geográficos modernos.

Na ciência geográfica, além de “paisagem” como possível tradução de *chora*, poderíamos pensar, também, em “região” e “espaço”. Para além do domínio do visível, daquilo que pode ser sentido, a principal característica da paisagem para Milton Santos é que ela só pode ser lida camada por camada, como um conjunto

de instantes, como retratos da “realidade de homens fixos” (Santos 1988: 25). Em outras palavras, a paisagem é um instante no tempo e, nesse sentido, usá-la como tradução de *chora* tira-lhe o seu caráter historicizante. Para ficarmos no exemplo de Estrabão, o autor da Antiguidade se preocupa com as transformações pelas quais a Turdetânia passa ao longo do tempo, dificultando seu entendimento como paisagem.

Por sua vez, os conceitos de região e espaço parecem estar mais próximos do que procuramos para este texto. A palavra “região” deriva do latim *regere* e “era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma” (Gomes 2000: 50). Portanto, apresenta um caráter marcadamente político, em que se busca analisar os limites de uma região em oposição a outras, em um processo de regionalização e fragmentação de espaços mais amplos. “Região” privilegia forma e função, enquanto “o espaço é igual à sociedade nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade” (Santos 1988: 26). Em outras palavras, ao estudar o espaço, o pesquisador deve se preocupar com as alterações que cada sociedade imprime nas paisagens que o compõem ao longo do tempo, sem, necessariamente, analisar seus limites.

Chora como espaço não só parece se aproximar do conceito empregado por Estrabão para definir a Turdetânia, mas também aproxima qualquer análise de um arcabouço teórico-metodológico da geografia bastante interessante. Milton Santos afirma que para estudar espaços é necessário fazer análises estruturais, formais e funcionais do objeto. Ele indica que o melhor caminho metodológico é uma “análise global que possa combinar simultaneamente essas três categorias analíticas” (Santos 2004: 55), uma vez que se busca a totalidade social. Essa totalidade aparece no espaço à medida que nele encontramos o conjunto do trabalho morto e do trabalho vivo de uma sociedade, que se retroalimentam continuamente. Ademais, como “o espaço é o

resultado da acumulação desigual de tempos” (Santos 1976: 21), podemos olhar para a Turdetânia procurando entender como cada sociedade que viveu nesse espaço deixou sua marca a partir das realidades preexistentes naquela parte do mundo.

A historiografia e os diferentes topônimos

Esse debate que acabamos de apresentar não encontra ecos na historiografia sobre a Turdetânia. Majoritariamente, estuda-se o processo de ocupação desse espaço por povos distintos. Nesse sentido, até os anos de 1980, o paradigma vigente nos estudos da Antiguidade da Andaluzia separava a história de tal espaço em dois momentos distintos: até o século V a.C. o vale do rio Guadalquivir e a costa atlântica eram ocupados pelos tartessos; após esse período, o vale teria sido dominado pelos turdetanos, que eram interpretados como um ramo da cultura ibérica, que era vista como dominadora de boa parte da península no momento da chegada dos romanos. Essa corrente era composta por arqueólogos e historiadores que “seguiam de maneira incontestada a arbitrária descrição costeira feita por Avieno⁵”, (Ferrer Albelda & García Fernández 2002: 136) insistindo em ler as fontes arqueológicas sob a luz das fontes escritas. A principal consequência dessa metodologia é essa separação entre tartessos e turdetanos.

Opondo-se a essa análise, Albelda e García Fernández defendem que, do ponto de vista histórico e literário, os termos “tartessos” e “turdetanos” são autônomos, isto é, designam duas realidades distintas no tempo e desempenham funções específicas nas sociedades que as criaram (Ferrer Albelda & García

Fernández 2002: 138). Fazendo uma análise diacrônica das várias menções à Turdetânia nas fontes escritas antigas, esses autores puderam afirmar que há um primeiro momento, até meados do século V a.C., em que a imagem dos tartessos funcionava como paradigma de riqueza e longevidade do extremo ocidente do mundo conhecido, que é seguido por um intervalo de cerca de dois séculos com pouquíssima produção escrita sobre o extremo ocidente. A partir do período helenístico, renova-se o conjunto de informações sobre esse espaço, e isso decorre de um “discurso histórico de legitimação da integração da Península Ibérica e dos tartessos ao ecúmeno civilizado, recorrendo a um passado heroico e civilizado que continuava até o presente graças à pacificação romana” (Ferrer Albelda & García Fernández 2002: 140; tradução nossa). É nesse contexto que as fontes gregas passam a usar a denominação “Turdetânia” em substituição a “tartessos” para nomear aquele espaço, em um processo de reinterpretação espacial e conceitual, servindo aos interesses do controle e da articulação de Roma (Ferrer Albelda & García Fernández 2002: 141). “Tartessos” aparece cada vez menos nos relatos escritos na virada do milênio, retomando com força à época de Avieno, no século IV d.C.

Estrabão, na avaliação dessa corrente de análise, seria o último autor dessa fase – que teria como expoentes Políbio, Diodoro Sículo, dentre outros – apresentando uma descrição diacrônica da Turdetânia, fazendo uso de definições geotnográficas e geo-históricas. Segundo García Fernández, nessa metodologia Estrabão mesclava aspectos que ajudavam no conhecimento do dominador, pois operacionalizava a conquista definindo também aspectos puramente administrativos e geográficos, ao descrever, por exemplo, a Bética (García Fernández 2003: 87). Estrabão e seus contemporâneos interpretariam, assim, que a riqueza e o interesse da Turdetânia se deviam, também, ao esplendor dos tartessos, vistos como antigos habitantes daquele espaço e tidos, também, como paradigma da riqueza e ligados à mitologia grega. Para esses historiadores, Estrabão veria em seu presente

5 Bastante conhecido pelo seu poema *Ora marítima*, há uma grande polêmica em relação às fontes que inspiraram Avieno a produzir esse texto. Há autores que defendem que ele teria utilizado textos cartagineses dos séculos V e IV a.C., sendo a única referência para o conhecimento de obras como o relato exploratório do navegante cartaginês Himilcão (séc. VI a.C.). Há pesquisadores, por outro lado, que ressaltam o fato de haver uma quantidade muito grande de mediações nos quase nove séculos que separam as duas obras. Para uma discussão completa sobre o tema, cf. Alvar, Blázquez e Wagner (1999).

(dominado por Roma) o epílogo de um processo civilizatório da Turdetânia.

A despeito da análise diacrônica dos termos empregados por escritores de língua grega e latina, Ferrer Albelda e García Fernández ressaltam a necessidade de examinar a vinculação semântica entre tartessos, turdetanos e túrdulos. Todos esses seriam termos derivados da raiz *trt-* e se refeririam a uma mesma realidade populacional e demográfica:

Es decir, mientras que los autores griegos anteriores a la segunda guerra púnica – Hecateo, Heródoto, Herodoro, etc. – hicieron uso de la forma “Tartesos”, y de su gentilicio correspondiente, a partir de la raíz tart- y la desinencia -sos para nombres de lugar; con la conquista romana se generan las formas derivadas de la raíz turt-, acompañada de las desinencias propias de la lengua latina para la construcción de topónimos y gentilicios. Esto da lugar a los términos ‘Turtitania’ y ‘turtos/turtitanos’ transmitidos por Artemidoro y, sobre todo, a las formas más comunes ‘Turdetania’, ‘turdetanos’ y ‘túrdulos’ que aparecen en el resto de los autores de época tardo-republicana (Ferrer Albelda & García Fernández 2002: 143).

A proliferação desses termos em diferentes autores pode significar, segundo os historiadores espanhóis, que havia uma grande troca de informações em diferentes línguas (grega, latina, púnica) sobre uma mesma localidade e sobre as mesmas comunidades. Entretanto, não é possível inferir, a partir dessas análises, que os povos que habitavam esse espaço se reconheciam como uma mesma etnia ou se se tratava de um conjunto de grupos que se reconhecia sob um termo amplo “*trt-*” – a historiografia mais recente tende a pautar-se pela segunda opção.

Uma breve história da arqueologia da Turdetânia

Por um lado, análises como a de Ferrer Albelda & García Fernández (2002) podem levar ao seguinte panorama: atendo-se exclusivamente às fontes escritas, é possível

interpretar que há uma separação entre tartessos e turdetanos, que teriam ocupado a Turdetânia em épocas distintas. Por outro, a análise das pesquisas arqueológicas apresenta uma situação bastante diferente. O estado atual dos estudos arqueológicos andaluzes não nos permite traçar um mapa etnográfico da região, mas sim nos leva a pensar em um espaço habitado por povos distintos, com práticas distintas que eram intercambiadas.

O grande debate que marca o século XX da arqueologia andaluza é a questão da *Iberización* do sudoeste da península. O principal pesquisador deste tema foi Manuel Pellicer Catalán, que nos anos de 1970 foi o primeiro arqueólogo a propor que a cultura turdetana teria um desenvolvimento diferente da dos iberos do restante da península. Sua tese era de que o desenvolvimento do povo do sudoeste da península havia se dado a partir da adoção, pelos tartessos, de formas materiais do Oriente (fenícias e gregas), do mundo atlântico e da Meseta ao longo do Bronze final (Pellicer Catalán 1976: 21).

Para esse pesquisador, o Bronze Final do sudoeste da Península Ibérica é marcado pela existência de um substrato tartéssico nos seus assentamentos, o que faria dos séculos XI e X a.C. a fase “Tartéssica pré-colonial antiga” (Pellicer Catalán 1980: 325)⁶. Nos séculos IX e VIII a.C. verifica-se um grande aumento dos assentamentos tartéssicos na Andaluzia Ocidental, o que leva esse arqueólogo a classificá-los como representantes da fase “Tartéssica pré-colonial recente”. A segunda metade do século VIII a.C. e o século VII são marcados pela identificação da presença cada vez mais constante de povos migrando do outro extremo do mar Mediterrâneo⁷.

6 Pellicer Catalán lembra que a cultura tartéssica marca o início da proto-história da Andaluzia, pois não há registros arqueológicos sobre a existência de uma ocupação efetiva dessa região no segundo milênio a.C. Para ele, há duas hipóteses que explicam esse hiato: um processo de despovoamento do baixo vale do Guadalquivir ou a existência de uma população nômade que não deixou rastros identificáveis até o momento (Pellicer Catalán 1980: 326).

7 Para um debate mais detalhado, ver Mierse (2012), Alvar *et al.* (1999) e Aubet (2002).

Para Pellicer Catalán, cresce no litoral desse espaço a presença de populações cipriotas e sírio-palestinas que estabelecem uma série de colônias e feitorias na costa andaluz, de Almería a Cádiz, em busca, principalmente, de metais preciosos abundantes no sudoeste da Península Ibérica. A esse período ele dá o nome de “Orientalizante Antigo” ou “Tartéssico Colonial Antigo”. Um dos principais elementos diferenciadores desse período é a introdução do rito de incineração que substitui a inumação em cista. Entre os séculos VII e VI a.C. Pellicer Catalán vê florescer o período “Orientalizante Pleno” ou “Tartéssico Colonial Pleno” e uma nova elite emerge das escavações arqueológicas dos sítios do espaço que nos são tão caros. Para ele, a marca desse período é a imposição do

[...] rito de la incineración en fosa o en hoyo, aunque no se borra totalmente el anterior de la inhumación, quizás síntoma de nobleza. A ese momento corresponden también los grandes túmulos con amplia cámara central para inhumaciones, quizás como un recuerdo de los viejos ritos megalíticos de la misma geografía (Pellicer Catalán 1980: 329).

Em sua cronologia, esse arqueólogo identifica o século VI a.C. como “Orientalizante Final” ou “proto-Ibérico de transição”, isto é, passa a ser mais nítida uma nova mudança no panorama arqueológico analisado. Esse panorama se estende pelos séculos V a.C. (“Ibérico Inicial” ou “turdetano”) IV e III a.C. (“Ibérico Pleno”) e consiste na diminuição das importações de origem fenícia e no aumento da produção local de cerâmicas que imitavam os antigos motivos orientais. Para Pellicer Catalán, a manutenção da influência oriental e a hegemonia comercial de Cádiz sobre esse espaço diferenciam a Andaluzia Ocidental Turdetana da Andaluzia Oriental Íbera (Pellicer Catalán 1980: 325-332).

Com a geração de pesquisadores dos anos 1980, passa-se a valorizar um caráter indígena regional, em oposição a uma cultura mais abrangente, além de abrir-se espaço para buscar entender as influências externas na formação de uma cultura nova e separada da ibérica.

Um importante pesquisador dessa geração é Escacena Carrasco (1989), que propõe, por sua vez, a partir do estudo da língua turdetana e de elementos religiosos e funerários, que os turdetanos são, na verdade, herdeiros dos povos do Bronze Final. Sobre essa questão, García Fernández afirma que

[...] estas comunidades, una vez desprovistas de los extraños hábitos adoptados por las elites sociales durante la fase orientalizante – como el ritual funerario de la incineración bajo túmulo – van a volver a sus costumbres ancestrales, aquellas que las vinculan cultural, étnica y lingüísticamente a los grupos indoeuropeos de la fachada atlántica, aunque sin desdenar las novedades tecnológicas – cerámica, metalurgia, etc. – introducidas por las comunidades orientales (García Fernández 2002: 223).

Assim sendo, na hipótese levantada por Escacena Carrasco, derivada das proposições de Pellicer Catalán, desde o início do primeiro milênio a.C., a partir de influências externas à Península Ibérica, as elites das comunidades do médio e baixo Guadalquivir adotam modas ditas “orientalizantes” – por exemplo, ritos funerários de incineração sob túmulos⁸ –, que, por volta do século VI a.C. passam a ser abandonadas e dão lugar a um conjunto bastante heterogêneo de grupos étnicos, formas de habitação, tipologias cerâmicas e interações com as importações do mundo atlântico. Se a questão de identificar as raízes étnicas dos turdetanos está distante de ser alcançada, os estudos mais atuais caminham na direção de buscar identificar e diferenciar as várias etnias e formas de habitação que coexistiram na época do Ferro até a chegada dos romanos, por volta do século III a.C. O consenso que se defende com mais ênfase atualmente é o da diferenciação entre a heterogeneidade que

8 “Escacena y Belén han defendido en varias ocasiones la posibilidad de que la ausencia de enterramientos para estas tierras del Bajo Guadalquivir se deba más bien a las creencias animológicas de las poblaciones indígenas, que pudieron dar a sus cadáveres un tratamiento no detectable a través del registro arqueológico. Una costumbre más próxima a aquellas que caracterizaban a los grupos étnicos de habla indoeuropea de la fachada atlántica que a los hábitos de los “iberos” levantinos” (García Fernández 2002: 223).

marca a Andaluzia Ocidental e a homogeneidade dos *oppida* que predomina na Andaluzia Oriental “iberizada” nesse mesmo período.

Arqueologicamente, portanto, não é possível fazer uma separação étnica entre tartessos, túrdulos e turdetanos. Formam, possivelmente, um só conjunto de grupos étnicos. Cada vez mais, os arqueólogos desse espaço tendem a vê-lo como um “mosaico étnico não estável”, isto é, apesar de o nome fazer referência a um grupo étnico específico, a grande diversidade geográfica e a série de fenômenos internos e externos (colonização fenícia, movimentos de povos peninsulares, presenças cartaginesa e romana, entre outros) fizeram com que essa parte do mundo fosse ocupada por uma quantidade muito grande de povos de difícil diferenciação (Ferrer Albelda & García Fernández 2002: 150). Se é problemático traçar fronteiras culturais entre celtas, fenícios, bástulos, túrdulos, tartessos, entre outros, Ferrer Albelda & García Fernández sugerem que se estudem os processos de ocupação territorial, o aproveitamento de recursos e a convivência de diversas formações políticas e níveis distintos de urbanização – polis, comunidades organizadas a partir do parentesco, *oppida*, entre outras –, como possíveis caminhos de superação dessas dificuldades práticas.

A urbanização da Turdetânia

Os estudos mais recentes apontam, portanto, que aquilo que destaca Estrabão, isto é, a grande quantidade de ocupações humanas identificadas por ele como polis, ainda é relevante para entendermos as dinâmicas históricas da Turdetânia. Nesse sentido, é muito comum a associação entre um processo de urbanização da Península Ibérica e a romanização da região, em especial nas regiões interioranas. Há muitos projetos de pesquisa que visam tratar do tema das cidades, como, por exemplo, o já clássico trabalho de A. T. Fear, *Rome and Baetica. Urbanization in Southern Spain c. 50 BC-AD*, de 1996. E um dos documentos mais utilizados para se analisar essa questão é exatamente a *Geografia* de Estrabão. O trecho que temos utilizado aqui, em associação com outras

importantes passagens da obra⁹, ocasionalmente serviu para legitimar a ideia de que são os romanos os responsáveis por esse fenômeno¹⁰. Não obstante, desde os anos 1990, tem havido um grande esforço de historiadores e arqueólogos para incorporar a esse campo outras formas de urbanismo, considerando sobretudo os povos locais, mas também outras influências externas, tais como fenícios, gregos e cartagineses.

O período Orientalizante: tartessos e fenícios

Ao trazer esse debate para a realidade de Andaluzia Ocidental, é possível dizer que o processo de urbanização teria começado com os povos do final do período do Bronze, normalmente identificados como tartessos, e sofrido uma intensa modificação com a presença fenícia após a fundação de Cádiz. A questão que tem mobilizado a historiografia e a arqueologia espanholas nos últimos anos é entender como se deu essa transição para a Idade do Ferro nos primeiros séculos do I milênio a.C.: houve uma iberização de todo o vale do rio Guadalquivir em resposta à presença dos invasores estrangeiros, com a formação de núcleos urbanos muito bem fortificados, os *oppida*; ou ocorreu o estabelecimento de núcleos urbanos à moda do colonizador, com as elites locais se apropriando dos elementos estrangeiros; ou ainda se aconteceu a formação de uma espécie de *middle ground*¹¹, para usar um termo cunhado por Richard White e bastante comum hoje nas ciências humanas. Trata-se de um espaço relativamente estável, transformado, mas não necessariamente ordenado, por uma força colonizadora, coabitado por povos de origens étnicas distintas que convivem a partir das situações criadas

9 Exemplo: “The Turdetanians, however, and particularly those that live about the Baetis, have completely changed over to the Roman mode of life, not even remembering their own language anymore” (Estrabão 1963: 3.2.15).

10 Para trabalhos que lidam com essa questão, ver Laurence, Cleary & Sears (2011); Richardson (1986).

11 Ver White (1991).

por um processo de colonização não planejado (Woolf 2010: 18).

Portanto, qualquer debate que se realize sobre a Andaluzia Ocidental e seu processo de urbanização deve abordar a forma como se desenvolveu a presença fenícia nesse espaço. Dentro desse recorte, podemos tomar como uma das autoridades no assunto a historiadora e arqueóloga espanhola Maria Eugenia Aubet. Como uma das pioneiras nos estudos da presença fenícia na Península Ibérica, ao final dos anos 1980 ela lançou um de seus principais livros sobre o assunto, *Tiro y las colonias fenicias de occidente* (1994), que posteriormente foi traduzido para o inglês sob o título *The Phoenicians and the West: politics, colonies and trade* (2001). As teses defendidas pela autora nessa obra têm sido debatidas e revisitadas por inúmeros pesquisadores desde seu lançamento.

Quanto à Península Ibérica, especialidade da pesquisadora, ela divide a ocupação fenícia em dois espaços distintos: a costa atlântica e a mediterrânica, tendo o Estreito de Gibraltar como separador delas. Particularmente interessante para nosso trabalho é sua análise da situação na costa do sudoeste da península e o papel desempenhado por Cádiz no contato com a população local. Aubet nos ensina que essa fundação fenícia controlava toda a baía em frente às ilhas que compunham o arquipélago onde a cidade havia sido construída. Para ela a fundação se dá no começo do século VIII a.C. com o objetivo de obter metal retirado pelos tartéssicos das jazidas localizadas no vale do Guadalquivir. A abundância de metal naquele espaço seria um raro caso de convergência de informações obtidas de fontes escritas e material arqueológico (Aubet 2001: 218). O templo dedicado a Melqart atuaria como polo articulador das relações comerciais fenícias na região, como era, segundo a autora, comum em assentamentos similares.

Maria Eugénia Aubet defende a criação e o “estabelecimento de um sistema colonial de troca de metais por artigos de luxo” (Aubet 2001: 245; tradução nossa). Essa hipótese é formulada a partir da análise de dados arqueológicos que demonstram a presença comercial fenícia durante os séculos

VIII e VII a.C. nos assentamentos ao interior do vale e próximos ao litoral, como Huelva e Sevilha: trata-se de uma quantidade significativa de recipientes de transporte, como ânforas fenícias que continham azeite e vinho. Além disso, há dados que mostram que no século VII a.C. os fenícios passaram a transportar azeite de alta qualidade produzido na Ática usando pequenas ânforas de luxo chamadas SOS, produzidas na mesma região onde o azeite era fabricado. Alguns produtos de fabricação fenícia também são encontrados em sítios tartéssicos. Isso leva a autora a acreditar na ideia de que Cádiz e outros sítios fenícios eram entrepostos comerciais ligados a Tiro, que implementavam um sistema colonial de trocas e obtenção de metais. Ao fim, Aubet afirma que esse processo trouxe consequências para a população local, que passou por mudanças sociais relevantes, pois determinados setores são constantemente incorporados ao circuito comercial fenício e transformam essa nova realidade em vantagem pessoal.

O interessante da abordagem de Aubet é que ela, ao mesmo tempo em que se opõe a uma tradição de não considerar as populações locais como agentes do processo de colonização, não consegue – ou não pretende – analisar a presença fenícia como algo possivelmente prejudicial à população local. É o oposto da lógica de soma-zero oriunda da teoria dos jogos, em que, inevitavelmente, um dos participantes de um jogo deve perder para o outro ganhar. Como afirma Pau Sureda Torres, “durante buena parte del pasado siglo XX se ha venido caracterizando [a colonização] como un fenómeno histórico de carácter positivo, tanto para los colonizadores como para las poblaciones indígenas que contactaron con ellos” (Torres 2012: 60).

Em geral, a análise feita por Torres busca superar algumas das questões relativas, particularmente, à agência dos povos autóctones. Em seu artigo, ele lembra que muitos estudos, nas últimas três décadas, têm se preocupado com a participação das comunidades indígenas no que os teóricos consideram “espaços fronteiriços” (Torres 2012: 62; tradução nossa). Para esse autor, o enfoque exclusivo

nas questões materiais – arquitetura das casas, modelos de residências, organização de espaços, entre outras – pode ocasionar o problema de esquecermos da crueldade e das rivalidades desagradáveis do dia a dia do colonialismo (Torres 2012: 63). A análise da “negociação como elemento catalisador das relações entre colonos e indígenas”, e o uso descontextualizado da ideia de “intercâmbio desigual” faz dos nativos “outros alienados” à mercê do sistema colonial (Torres 2012: 68; tradução nossa). Para ele, não se trata apenas de estudar o papel das elites no processo de colonização, mas a “necessidade de caracterizar política e economicamente as comunidades dos enclaves coloniais” (Torres 2012: 68; tradução nossa). Seria necessário sair da “banalidade pós-moderna” e retomar a ação política dentro da teoria pós-colonial, isto é, para o autor, precisamos de novas ferramentas para analisar e conhecer a realidade destas comunidades. Ele sugere a ênfase na caracterização da produção e o trabalho social, pois só assim seria possível buscar o valor social das produções tanto dos colonos quanto dos indígenas (Torres 2012). Isso só é possível no estudo dos “contextos coloniais” – ou como propõe Van Dommelen (2005), “situações coloniais” –, pois só visto dessa forma, como um quadro mais amplo e complexo que um simples pacto ou uma aliança entre elites, é que os problemas da colonização poderão ser suplantados.

No caso específico da Andaluzia, é somente a partir dos anos 1950, com a descoberta de um assentamento arqueológico conhecido como El Carambolo (e seu “tesouro” formado por ornamentos de ouro), nas proximidades de Sevilha, que o desejo de encontrar a cidade mítica dos Tartéssicos apresentadas pelas fontes escritas transforma-se em uma busca pela cultura que pudesse tê-la produzido, em consonância com a construção de outros centros urbanos. Com esses e outros achados, arqueólogos e historiadores abraçam a ideia de que na virada do segundo milênio a.C. florescera neste espaço uma população indígena que produzira uma rica cultura material passível de ser estudada.

Especificamente sobre o processo de urbanização dessa população indígena, isto é, dos tartessos, um importante trabalho a ser considerado é o livro *Tartessos and the Phoenicians in Iberia*, de Sebastián Celestino e Carolina López-Ruiz (2016). Esses autores identificam dois momentos distintos na configuração e na organização do território tartéssico. Em um primeiro momento, no Bronze Final (séc. XI-VIII a.C.), verifica-se a existência de três focos de assentamentos: I – nas proximidades de Huelva, com a população dedicada à metalurgia; II – no antigo delta do Guadalquivir, nos arredores da moderna Sevilha, com uma população menor e dedicada à agricultura e à pecuária; III – nas proximidades de Cádiz, fundação fenícia, onde ocorreram os primeiros e mais intensos contatos com os colonizadores orientais (Celestino & López-Ruiz 2016: 176).

A partir desses três núcleos populacionais tartéssicos, algumas áreas ao interior passam a ser ocupadas, com a economia e a cultura tartéssica alcançando o vale do Guadiana (Extremadura, Espanha) e o rio Tejo (Portugal). No século VII a.C., é possível identificar uma mudança nos padrões populacionais com o aparecimento de assentamentos em terrenos elevados localizados em pontos estratégicos ao longo do baixo vale do Guadalquivir, de tal forma que pudessem controlar os deslocamentos pelo rio. Esses assentamentos eram habitados por fenícios e indígenas, e o intercâmbio cultural era tamanho que passa a ser extremamente difícil diferenciar as duas culturas (Celestino & López-Ruiz 2016: 178). Em outras palavras, o que hoje é identificado como cultura tartéssica floresce nos séculos VIII e VII a.C., como uma transformação de uma população local a partir do contato com imigrantes do leste do Mediterrâneo. Os principais sítios arqueológicos desse período são Carmona (em Alcores), Cerro de la Cabeza, Coria del Río, e El Carambolo (Figura 2).

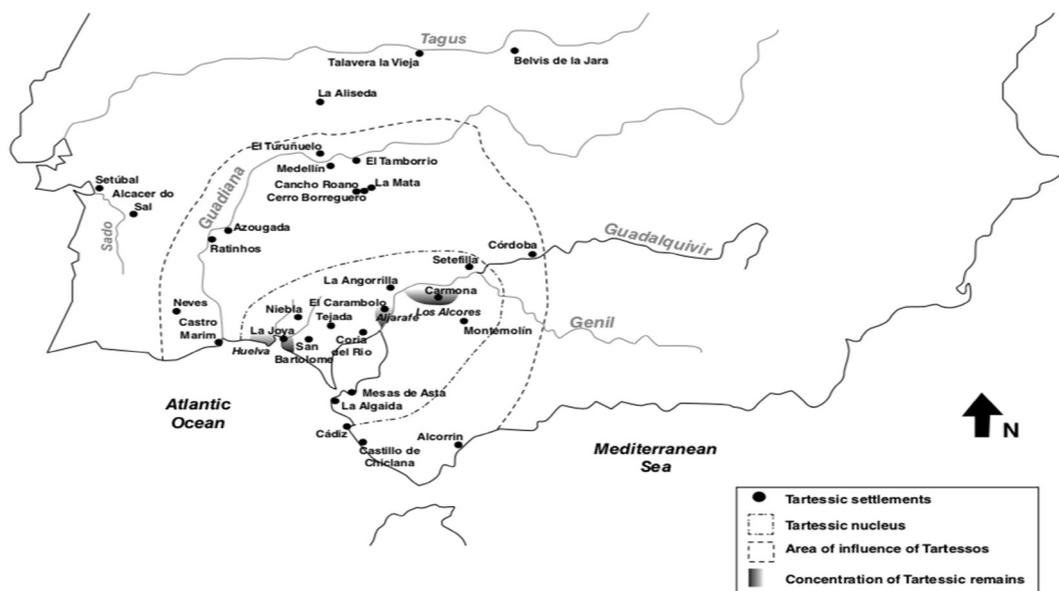


Figura 2: Mapa Áreas de assentamentos tartéssicos com os principais sítios

Fonte: Celestino & López-Ruiz (2016: 175).

O contato com as influências orientais engendra um conjunto de transformações que

[...] by the seventh century these Tartessic communities attained a social complexity proper to the other earlier states of the period, inspired and reinforced by the Levantine models of the independent city-states, usually comprising an urban nucleus and its territory (the *Chora* in Greek terms), including villages and exploitable lands, a model widespread in Cyprus, Greece, Italy, Anatolia, and through the Greek and Phoenician settlement abroad (Celestino & López-Ruiz 2016: 198).

Aubet, vinte anos antes, também abordara o tema da urbanização ao tratar das transformações ocorridas a partir do século VII a.C. em alguns centros urbanos fenícios da península, que vivem um crescimento demográfico e espacial, além de verem nascer verdadeiros “cinturões industriais” dedicados à metalurgia e à cerâmica (Aubet 1995: 50). Além disso, no século VI a.C., Cádiz e outros importantes assentamentos fenícios abandonam o caráter de entrepostos comerciais para adotar formas de ocupação, organização e comércio

típicos de cidades propriamente ditas (Aubet 1995: 62).

A crise do século VI a.C.

Em comum, as obras de Celestino & López-Ruiz e Aubet apresentam como evento importantíssimo a chamada “crise do século VI a.C.” ou “queda dos tartéssicos”. Aubet (1995) sustenta que a crise do século VI a.C., na verdade, é composta por um conjunto de fatores: (1) os centros urbanos fenícios como Cádiz, após as transformações apresentadas anteriormente e evidenciadas pelo crescimento da necrópole gaditana e pelo surgimento na baía de Cádiz, de uma área industrial para salgamento de peixe e produção de *garum* em larga escala (Aubet 1995: 52-53), a partir do séc. V a.C., vêm seus circuitos de troca regionais serem direcionados para o âmbito de cidades como Massália, Atenas e Corinto; (2) as evidências arqueológicas mostram um progressivo desaparecimento das “tumbas de príncipes tartéssicos” e um declínio na importação de mercadorias e bens de prestígio de origem fenícia ao final do século VI a.C.,

que seriam sinais de uma transformação nas antigas elites tartéssicas; (3) nesse mesmo momento, uma crise na exploração mineral em assentamentos tartéssicos, como Huelva e Tejada, é acompanhada por um grande declínio demográfico, pela intensificação de fortificações e pelo desenvolvimento de atividades agrícolas mais intensas (Aubet 1995: 53-54); (4) no alto vale do Guadalquivir (Andaluzia Oriental) surgem os primeiros *oppida* e os Estados Ibero-Turdetanos; (5) essa nova configuração sociopolítica dos povos que ocupavam toda a extensão do vale do Guadalquivir e o desaparecimento de entrepostos comerciais gaditanos na costa atlântica são evidências suficientes para que Aubet defenda que Cádiz se viu obrigada a integrar o circuito cartaginês de comércio (Aubet 1995: 56).

Ela insiste que é possível atrelar a esse conjunto de transformações internas, algumas questões externas, tanto da ala leste do Mediterrâneo, quanto da central. Para ela, a partir do século VII a.C. começa uma série de problemas no Levante que acaba por afetar a influência de Tiro no ocidente: inicialmente, pela diminuição na demanda por prata no império Assírio que gera uma situação inflacionária grave; essa crise econômica, associada à crise política que culmina na queda dos assírios nas mãos dos Medas e dos Babilônios em 612 a.C., tem na tomada de Tiro o golpe de misericórdia para o domínio fenício a oeste (Aubet 2001: 277-280). O espaço deixado por eles passa a ser disputado por fócios de Massília e cartagineses, ocasionando as disputas por hegemonia que caracterizarão os séculos seguintes (Guarinello 2013: 97-99). Para Aubet, Cádiz consegue se manter afastada dessas disputas por um tempo, mantendo uma intensa relação com Tiro mesmo depois de sua queda e da perda de independência. A evidência para essa manutenção está na inexistência de “*tophets*” tanto em Cádiz quanto em Tiro, que caracterizariam a inexistência de influência cartaginesa no extremo ocidente (Aubet 2001: 255). Entretanto, a autora reconhece que após o século V a.C. Cádiz se viu progressivamente obrigada a integrar o

circuito de comércio cartaginês. Esse ponto da autonomia desta cidade e seu circuito comercial será tratado novamente mais adiante.

Logo, ao analisar a crise do século VI a.C. e sua nova configuração urbana, composta de núcleos urbanos maiores e mais bem protegidos, fossem cidades aos moldes orientais ou *oppida* ibéricos, Maria Eugenia Aubet conclui:

[...] *the crisis in tartessos and the formation of the Iberian states in the hinterland of the colonies must have implied a change of strategy for the Phoenician trade with indigenous communities that were growing ever more self-sufficient and capable of coordination their own trading networks* (Aubet 1995: 62).

Já Celestino & López-Ruiz apresentam uma narrativa distinta em alguns pontos, e inédita em outros. As principais evidências que eles identificam como demonstrativos de que a cultura tartéssica “perdeu seu esplendor” é o abandono total ou parcial de sítios como El Carambolo, Carmona, Coria del Rio e até mesmo Huelva (Celestino & López-Ruiz 2016: 202). Essa evidente mudança no panorama da ocupação desse espaço se deve, segundo esses pesquisadores, a duas causas principais: uma mudança nas dinâmicas geopolíticas de poder e/ou a uma alteração nas condições naturais.

O primeiro ponto guarda semelhanças com a proposta de Aubet, entretanto, Celestino e López-Ruiz dão ênfase às transformações que marcaram o Mediterrâneo Ocidental em si, e não à queda de Tiro. Para eles, a batalha de Alalia, na Córsega, c. 540 a.C., é um evento importantíssimo para se pensarem as novas dinâmicas que afetam a região. Nela, os gregos da Foceia guerriam contra uma liga formada por etruscos e cartagineses, extremamente incomodados com a presença daqueles na ilha de Córsega. Por um lado, Cartago buscava ocupar o vácuo deixado por Tiro e exercer cada vez mais influência sobre as colônias fenícias do ocidente, e por outro os etruscos estavam interessados no controle de parte das fundações do Mediterrâneo central. A presença grega, segundo os autores, faz com que Cartago e os

etruscos aumentem suas presenças em locais estratégicos. Cartago cresce os olhos sobre Cádiz, que passa a exercer um papel central no controle do sudoeste peninsular, deixando centros como Huelva em segundo plano. Além disso, há uma evidente diminuição das importações fócias, que direcionam seus esforços de trocas de produtos para obtenção de metal para o centro da Europa pelo rio Ródano, principalmente a partir de Massália. Nesse movimento geopolítico, os centros tartéssicos, em particular Huelva, perdem o protagonismo e entram em colapso (Celestino & López-Ruiz 2016: 203-206).

A causa inédita que Celestino & López-Ruiz apresentam como complemento possível dessas transformações é uma catástrofe natural ocorrida após um grande terremoto, seguido de um tsunami, devastar a costa atlântica no século VI a.C. Com ainda poucas evidências coletadas a partir de surveys geomorfológicos no parque Nacional de Doñana (Almonte, Huelva), os autores creem que tenha havido uma imensa transformação da paisagem, com cheias na costa de Huelva e no baixo vale do Guadalquivir (Celestino & López-Ruiz 2016: 206).

O cenário traçado por esses especialistas aponta como principal consequência da crise do século VI a.C um intenso deslocamento populacional em direção aos vales do Tejo e do Guadiana, que passam a viver em comunidades dominadas por uma grande construção ortogonal e pelo controle de vastas terras dedicadas à agricultura e à pecuária. Por conseguinte, eles concluem que

[...] while the Tartessic culture of the Guadalquivir Valley and Huelva areas declined after the mid-sixth century, the so-called "periphery" was activated, building on long-established socioeconomic networks that probably never disappeared. This would explain the monumental, Tartessic-style buildings now appearing in the Guadiana valley in agricultural zones (discussed in section 6.5.1), and the ubiquitous secondary orientaling wave in the interior culture in general at this later time (Celestino & López-Ruiz 2016: 208).

O middle ground turdetano

É neste ponto que a questão anterior da iberização desse espaço encontra o debate sobre urbanização. Como vimos anteriormente, em trabalhos mais recentes, tais como os levados a cabo por Francisco José García Fernández e Eduardo Ferrer Albelda, o que se busca entender é o desenvolvimento da ocupação dos vales médio e baixo do Guadalquivir após a crise dos tartessos, local onde prosperou a cultura turdetana. Segundo eles, do século V a.C. em diante

[...] ciertamente se puede establecer una línea divisoria entre la Alta y la Baja Andalucía, entre el mundo ibérico y el turdetano, y lo mismo puede decirse de las comunidades bástulo-púnicas del litoral, aunque las fronteras entre unos y otros queden muy difuminadas, como se puede argumentar en los casos de la costa onubense, de los territorios ribereños del sinus Tartesius¹² y de algunas ciudades del interior como Carmo, en los que se puede hablar de comunidades muy punicizadas, cuando no de ciudades púnicas, como Olontigi o Ituci, a juzgar por la escritura empleada en sus amonedaciones (Ferrer Albelda & García Fernández 2002: 149-150).

Então, do século V a.C. em diante, o mosaico de povos que surge ganha novos elementos, como o crescimento das influências cartaginesa, grega e itálica, além da coexistência de formas distintas de se relacionar com aquele espaço. Essa reconfiguração espacial e geopolítica apresenta um novo panorama urbanístico que se inicia neste período e culmina com a presença maciça dos romanos na virada do milênio.

Desse ponto em diante, os estudos são bastante fragmentados, com assentamentos específicos, como Cádiz, Carmona e Sevilla (Spal) mostrando realidades bastante distintas. Trabalhos de sínteses são raros, existindo algumas generalizações a partir de pesquisas em locais bem definidos.

12 Toda a costa atlântica do sul de Portugal até o estreito de Gibraltar.

Uma das principais cidades estudadas ao interior é exatamente Carmona. Eduardo Ferrer Albelda, um dos principais especialistas sobre o período turdetano, ao analisar as informações disponíveis sobre esse assentamento, fala de uma comunidade que se constituiu como núcleo urbano ainda no final do período orientalizante, que consolida seu domínio territorial ao longo dos séculos V – III a.C., formando uma entidade estatal que convive com outras no médio e baixo vale do Guadalquivir (Ferrer Albelda 2006: 205). Esse e outros autores veem uma mudança no tipo das elites que dominam essas comunidades, que deixam de ser elites principescas com influência oriental, donas de grandes monumentos funerários, para um novo modelo de elite que baseia seu poder não mais em laços de parentesco, mas sim em vínculos de dependência pessoal.

Cidades turdetanas como Carmona convivem com uma influência dupla: ao interior há evidências da existência de uma série de acampamentos cartagineses ao final do século IV a.C. e início do III a.C., atestados pela grande presença de moedas cartagineses, que serviriam para contratação de mercenários turdetanos ou ainda faziam parte de “uma estratégia de controle e coerção contra Carmona, a fortaleza mais importante da Turdetania” (Ferrer Albelda 2006: 276; tradução nossa); do litoral, Cádiz exercia uma influência sobre esse espaço e convivia com

[...] *pequeños estados territoriales con fronteras inestables y procesos embrionarios o ya consolidados de urbanización, en los que la ciudad fenicia debió actuar como fermento y como modelo. Las prospecciones arqueológicas superficiales en el entorno de la bahía de Cádiz y en los esteros del sinus tartesius parecen confirmar esta impresión. Los centros de poder tenían su sede en oppida como Nabrisa, Ebouira, Asta Regia, Asido o Baesippo, desde donde organizaban unos territorios más o menos extensos defendidos por atalayas y explotados desde asentamientos menores* (Ferrer Albelda 2006: 276).

A questão do domínio de Cádiz sobre essa área é marcada por um intenso debate, desde o

início do século XX, em que um dos lados defendia a existência de uma zona de influência gaditana que competia com Cartago – a tese do Círculo do Estreito –, e o outro acreditava que, na verdade, se tratava de uma situação de hegemonia cartaginesa que tinha em Cádiz um dos seus vetores de entrada na Turdetânia. Percebemos que se trata de uma crescente influência, direta ou indireta, de elementos cartagineses e helenísticos na Península Ibérica como um todo, e em especial na Turdetânia. Os séculos que antecedem a chegada dos romanos, e mesmo aqueles que marcam sua presença efetiva nesse espaço, demonstram o aumento da integração daquelas comunidades a uma “convergência cultural predominante que estava ocorrendo em todo o Mediterrâneo ocidental” (Keay 2013: 317; tradução nossa). A cultura material oriunda de pontos específicos dessa zona de convergência cultural, fosse ela grega, cartaginesa ou itálica, tinha em Cádiz um dos seus centros articuladores.

Se, por um lado, como sugere Simon Keay, é muito difícil separar os processos de “helenização”, “punicização” e “romanização” em blocos distintos e ordenados cronologicamente, pois estão “inextricavelmente interligados” (Keay 2013: 317; tradução nossa), por outro, tem sido bastante comum entre arqueólogos e historiadores espanhóis buscar entender o papel, a função e a articulação de Cádiz com essa parcela do território. As “meninas dos olhos” desses pesquisadores têm sido as cerâmicas encontradas em grande quantidade nas escavações. Em particular, os conjuntos de vasilhames de mesa que ajudam os estudiosos a pensar hábitos alimentares, produção de alimentos, transporte etc., que marcariam o cotidiano dessas comunidades. Pesquisas que lidam com tal documentação têm mostrado que é possível observar uma confluência entre a helenização e a punicização do repertório de cerâmicas de mesa dessa região, sendo Cádiz, e sua intensa produção oleira, o principal vetor desse processo (García Fernández & García Vargas 2010: 130). Essa cidade também exerce papel central nos “primeiros impulsos” de uma romanização efetiva das formas culturais

do vale do Guadalquivir (García Fernández & García Vargas 2010: 130).

Do século II a.C. em diante, a presença romana se faz cada vez mais evidente, e um panorama de ocupação pode ser percebido. Além de reorganizar administrativamente esse espaço, incorporando-o a um grupo de conventos – ou zonas administrativas – reunidos sob a égide de Província da Bética, os romanos também foram responsáveis por construir grandes cidades, como Itálica, Baelo Claudia e Córdoba. Ao longo da presença romana é possível constatar uma mudança significativa nas formas de habitação nas áreas rurais, tanto em período republicano, quanto nos primeiros momentos do Império. Segundo Evan W. Haley, em seu *Baetica Felix* (2003), alguns assentamentos nativos passam por um processo de abandono, e as populações desses núcleos urbanos optam por viver em assentamentos rurais isolados, próximos de terras produtivas, particularmente aráveis (Haley 2003: 187). Para Haley, é o aumento da demanda por produtos da região que explica o crescimento da agricultura intensiva em várias áreas da província, especialmente no vale do Guadalquivir. Por isso,

[...] the realities of urbanism in most parts of Baetica, away from a handful of the larger centers, meant that local elites embraced Roman values to the extent of living more or less permanently on their rural properties – a reflection not only of economic requirements but also of their full acceptance of and assimilation into the Roman order (Haley 2003: 189).

A Bética romana, uma região, uma *ἐπαρχία* nas palavras de Estrabão, aparece, nos termos vistos até aqui, não como a grande novidade na história desse espaço, mas como uma etapa dentro de um processo mais longo. O espaço repleto de cidades descrito por Estrabão na passagem do século I a.C. para o I d.C. apresenta uma história complexa e heterogênea, moldada a partir de um grande conjunto de influências culturais. O reconhecimento dessas circunstâncias nos motiva ainda mais a retornar para essa e outras fontes escritas com um olhar

diferente, um que valorize essa pluralidade, que perceba a necessidade de uma abordagem mais abrangente e, por fim, que possa entender esse período e essa documentação de uma forma menos fragmentada.

Conclusão

Uma vez que iniciamos este artigo com Estrabão, retornemos a essa fonte. Aparentemente, a situação descrita pelo geógrafo de Amásia apresenta ecos com a situação verificada a partir dos estudos arqueológicos e historiográficos. Ter tal fonte como fio condutor deste texto nos proporcionou resultados interessantes.

Ao delimitar (e entender que se tratava de) um espaço que pretendemos estudar, fomos capazes de dialogar com o panorama historiográfico e arqueológico da Turdetânia. A escolha pela abordagem mais próxima dos referenciais teóricos de Milton Santos oferece a vantagem de sempre buscarmos entender, em conjunto, a relação entre sociedade e natureza no decorrer do tempo. O espaço é exatamente a categoria analítica que permite (na verdade, exige) uma visão total de nosso objeto.

O movimento metodológico que executamos neste texto é de extrema importância, pois permite uma visualização da riqueza documental e da diversidade cultural, política e social que marcam o desenvolvimento dos povos ao sudoeste da Península Ibérica. Desde o Bronze Final, os tartessos desenvolvem contatos constantes com populações da outra franja do mar Mediterrâneo. Do século VI a.C. em diante, verifica-se a intensificação desse processo de integração às novas realidades engendradas nessa bacia. Já a segunda metade do I milênio a.C. tem sido motivo de importantes estudos para tentar entender como se deu a incorporação dos povos que habitavam esse espaço aos circuitos mais amplos que dominavam progressivamente o ecúmeno de então.

Progressivamente, ao final do I milênio a.C., a Turdetânia deixa de ser um espaço e passa a integrar um processo de espacialização mais amplo, nos termos apresentados por

Milton Santos. Para ele, “com o espaço tornado mundial, as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam” (Santos *Apud* Lencioni 2014: 192), isto é, aplicando essa lógica para a Antiguidade, na medida em que há um processo de integração dos povos que circundam o Mediterrâneo, a Turdetânia ganha contornos mais específicos, que são sintomas de sua articulação com outras partes do mundo conhecido.

Com isso, pode-se entender que a rede de articulação desses antigos espaços, agora regionalizados, é um objeto de análise muito rico para os Estudos Clássicos. Wallace-Hadrill destaca que estudos que

negligenciem a formação de redes gregas e púnicas no Mediterrâneo ocidental vão contar sempre parte da história, uma vez que mesmo o crescimento do poder romano se dá a partir das bases que elas constroem (Wallace-Hadrill 2014: 304). Para ele “o imperialismo romano cresce à base da absorção de redes existentes”, ou seja, é função dos pesquisadores entender melhor como essas redes tão diversas interagem umas com as outras; só assim poderemos ter um melhor entendimento de como a conquista romana não é uma questão de “deletar antigas identidades”, mas de envolver antigas redes em uma rede maior (Wallace-Hadrill 2014: 304; tradução nossa).

SILVA, B. A highlighted space: debate about Turdetania’s urbanization studies.
R. Museu Arq. Etn. 38: 44-60, 2022.

Abstract: This article outlines the urbanization of the southwestern Iberian Peninsula in the late first millennium BC. For this purpose, the text starts from an excerpt of Strabo’s *Geography*, a 1st century BC author. His description of Turdetania brings two aspects that raise important debates, two of which will be discussed here. The first concerns the definition of Turdetania as χώρα and its translation as ‘space’; the second, in turn, concerns the idea of Turdetania having an “incomparable number of cities” and this being one of its main qualities. In this regard, the article interrogates the historiography that studies this space and analyzes it from these perspectives, using the urbanization process as a guideline.

Keywords: Turdetania; Space; Chora; Iberia Peninsula; Antiquity.

Referências bibliográficas

- Alvar, J., Blázquez, J. M.; Wagner, C. G. 1999. *Fenícios y cartagineses en el Mediterráneo*. Cátedra, Madrid.
- Aubet, M.E. 1995. From trading post to town in the Phoenician-Punic world. In: Cunliffe, B.; Keay, S. (Eds.). *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia: From the Copper Age to the Second Century AD*. Oxford University Press, Oxford, 47-66.
- Aubet, M.E. 2002. Phoenician trade in the west: balance and perspectives. In: Bierling, M.R.;
- Gitin, S. (Orgs.). *The Phoenicians in Spain: an archaeological review of the eighth-sixth centuries BCE: a collection of articles translated from Spanish*. Eisenbrauns, Pennsylvania, 97-112.
- Aubet, M.E. 2001. *The Phoenicians and the West: politics, colonies and trade*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Celestino, S.P., López-Ruiz, C. 2016. *Tartessos and the Phoenicians in Iberia*. Oxford University Press, Oxford.

- Cruz Andreotti, G. 2018. *Roman Turdetania: Romanization, identity and socio-cultural interaction in the South of the Iberian Peninsula between the 4th and 1st centuries BCE*. Brill, Leiden.
- Escacena Carrasco, J.L. 1989. Los turdetanos o la recuperación de la identidad perdida. In: Aubet, M.E. (Org.) *Tartessos. Arqueología protohistórica del Bajo Guadalquivir*. Editorial AUSA, Sabadell, 433-476.
- Ferrer Albelda, E. 2006. La bahía de Cádiz en el contexto del mundo púnico: aspectos étnicos y políticos. *SPAL* 15: 267-280.
- Ferrer Albelda, E.; García Fernández, F.J. 2002. Turdetania y turdetanos: contribución a una problemática historiográfica y arqueológica. *Mainake* 24: 133-151.
- Ferrer Albelda, E.; García Fernández, F.J.; Escacena Carrasco, J. 2011. El tráfico comercial de productos púnicos en el antiguo estuario del Guadalquivir. *Mainake* 32 (1): 61-89.
- García Fernández, F.J. 2015. El peso de la tradición: imitación y adaptación de formas helenísticas en la cerámica común turdetana (siglos VI aC). In: García Fernández, F.J.; García Vargas, E. (Eds.). *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la antigüedad (s. VI aC-VI dC)*. Edicions Universitat Barcelona, Barcelona, vol. 46, 205-238.
- García Fernández, F.J. 2003. *El poblamiento turdetano en el Bajo Guadalquivir*. Tesis doctoral. Universidad de Sevilla, Sevilla.
- García Fernández, F.J. 2002. Los turdetanos en la historiografía reciente: 25 años avances y desencuentros. *SPAL* 11: 219-232.
- García Fernández, F.J.; García Vargas, E. 2010. Entre gaditanización y romanización: repertorios cerámicos, alimentación e integración cultural en Turdetania (siglos III-I aC). *SAGVNTVM Extra* 9: 115-134.
- Gomes, P.C.C. 2000. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, I.E.; Gomes, P.C.C.; Corrêa, R.L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Bertrand Brasil, São Paulo, 49-76.
- Guarinello, N.L. 2013. *A história antiga contemporânea*. Contexto, São Paulo.
- Guarinello, N.L. 2003. Uma morfologia da história: as formas da história antiga. *Politeia* 3.1: 41-62.
- Haley, E.W. 2003. *Baetica Felix: people and prosperity in southern Spain from Caesar to Septimius Severus*. University of Texas Press, Austin.
- Hansen, M.H. 2006. *Polis: an introduction to the ancient Greek city-state*. Oxford University Press, Oxford.
- Keay, S. 2013. Were the Iberians Hellenised? In: Prag, J.R.W.; Quinn, J.C. (Orgs.). *The Hellenistic West*. Cambridge University Press, Cambridge, 300-319.
- Lencioni, S. 2014. *Região e geografia*. Edusp, São Paulo.
- Mierse, W.E. 2012. *Temples and sanctuaries from the early Iron Age Levant: recovery after collapse*. Eisenbrauns, Winona Lake.
- Pellicer Catalán, M. 1980. Ensayo de periodización y cronología tartesia y turdetana. *Habis* 10/11: 307-333.
- Pellicer Catalán, M. 1976. Problemática general de los inicios de la iberización en Andalucía Occidental. *Empúries: revista de món clàssic i antiguitat tardana* 38: 3-21.
- Santos, M. 2002. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, São Paulo.
- Santos, M. 1988. *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec, São Paulo.
- Santos, M. 2004. *Pensando o espaço do homem*. Edusp, São Paulo.
- Santos, M. 1976. *Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido*.

Um espaço em foco: debate acerca dos estudos sobre a urbanização da Turdetânia
R. Museu Arq. Etn., 38: 44-60, 2022.

- Silva, B.S. 2019. *Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: os processos de integração na Turdetânia ao final do primeiro milênio AC*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Simon, J. 2013. Chorography reconsidered: an alternative approach to the Ptolemaic definition. In: Lilley, K. (Org.). *Mapping Medieval geographies: geographical encounters in the Latin West and Beyond, 300-1600*. Cambridge University Press, Cambridge, 23-44.
- Strabo. 1960. *The Geography of Strabo*. W. Heinemann; Cambridge, London.
- Torres, P.S. 2012. Aventuras y desventuras de la arqueología poscolonial. Revisión crítica de las principales aportaciones teóricas y el caso de la expansión colonial fenicia en la Península Ibérica. *ArkeoGazte* 2: 57-71.
- Van Dommelen, P. 2005. Colonial interactions and hybrid practices: Phoenician and Carthaginian settlement in the ancient Mediterranean. In: Stein, G. (Org.). *The Archaeology of Colonial Encounters: Comparative Perspectives*. School of American Research Press, New York, 109-141.
- Wallace-Hadril, A. 2014. Afterword. In: Quinn, J.C.; Vella, N.C. (Orgs.). *The Punic Mediterranean*. Cambridge University Press, Cambridge, 299-304.
- Woolf, G. 2010. *Tales of the Barbarians: ethnography and empire in the Roman West*. John Wiley & Sons, Hoboken.
- White, R. 1991. *The middle ground. Indians, empires, and republics in the Great Lakes region, 1650-1815*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Laurence, R.; Cleary, S.; Sears, G. 2012. *The city in the Roman West: c. 250 BC – c. AD 250*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Richardson, J. 1986. *Hispaniae: Spain and the Development of Roman Imperialism, 218-82 BC*. Cambridge University Press, Cambridge.